

Congresso se reúne mas não vota medidas

BRASÍLIA — No primeiro dia da convocação extraordinária do Congresso Nacional, não houve nenhuma votação. A maior parte da sessão foi dedicada a homenagens ao líder do PDT, deputado Doutel de Andrade (RJ), que morreu ontem no Rio. Mais de 130 parlamentares estavam em plenário, contrariando a tradição das segundas-feiras no Legislativo, quando o quórum é de menos de uma dezena. Os líderes do governo e da oposição acreditam que haverá votações ainda esta semana.

“Tenho certeza que os parlamentares estarão aqui. Tanto os reeleitos como os que não foram”, disse o líder do PMDB, maior bancada da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS). A partir de hoje, ele comandará reuniões entre todas as lideranças partidárias em busca de um entendimento para a votação das cinco medidas provisórias que o presidente Fernando Collor incluiu na mensagem de convocação do Congresso. O líder do PFL, deputado Ricardo Fiúza (PE), não está tão otimista: além de duvidar que haja um entendimento para a votação da política salarial, não tem certeza de que os parlamentares virão a Brasília.

O primeiro sinal de dificuldades para um acordo foi dado pelo PT. O deputado José Genoíno (SP) defendeu a tese de que proposições correlatas às medidas provisórias podem ser incluídas na pauta de votação. Seria uma brecha para o Congresso apreciar o veto do presidente Collor ao projeto de política salarial aprovado pelos parlamentares, no final do ano passado. O presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), anunciou que a Comissão de Constituição e Justiça dará a palavra final sobre o assunto.

“Não acredito num entendimento para a política salarial. O governo não pode transigir. Se o fizer, é sinal de que o plano está começando a fazer água”, disse Fiúza. Para ele, o PT e o PDT não querem um acordo para não perderem suas “bandeiras políticas”. O deputado César Maia (PDT-RJ) contestou, assegurando que seu partido buscará um acordo e é contra qualquer proposta de obstrução. Mas o PT deixou claro que não aceitará a votação simbólica — feita pelos líderes partidários — e exigirá a presença da maioria dos parlamentares no plenário.